



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 100ª  
(CENTÉSIMA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Aylton Gomes a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 97ª Sessão Ordinária;
- Ata da 98ª Sessão Ordinária;
- Ata da 99ª Sessão Ordinária;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 28ª Sessão Extraordinária.

Temos apenas 5 Deputados e só podemos dar início aos Comunicados de Parlamentares se tivermos, pelo menos, 6 Parlamentares em plenário.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*. (Pausa.)

Estão presentes 6 Deputados em plenário, então vou dispensar a verificação de *quorum*.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante por cinco minutos. Vou ser rigoroso com o horário.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, isso é bom porque o *quorum* está muito grande. Geralmente, quando eu ultrapasso o tempo, é para ver se os outros Deputados chegam para iniciarmos a sessão de verdade.

Sr. Presidente, quero abordar, na tarde de hoje, dois assuntos. O primeiro, Deputado Rôney Nemer, é sobre cartel. Falamos muito de cartel no Brasil de grandes grupos econômicos e, na tarde de hoje, quero abordar sobre o tema – inclusive estou encaminhando um expediente à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça – do cartel do pão de queijo no Brasil.

Qualquer pessoa que viaja hoje – e olha que são muitas pessoas – chega ao aeroporto e vai à chamada Pão de Queijo de Minas e paga muito caro. O que justifica o preço do pão de queijo no Distrito Federal e em Maceió, no estado de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Alagoas, ser o mesmo? Certamente, o aluguel em Brasília e os salários daqui são diferenciados. O que justifica? Aqui um bagulho que não dá para ser chamado de pão de queijo, porque de queijo aquilo não tem nada, custa R\$ 4,00 (quatro reais). Esse também é o preço que pagamos em Maceió, Alagoas. E depois querem que os turistas venham para o Brasil.

Eu, na qualidade de Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, não abro mão da defesa do consumidor. A grande mídia não aborda esses pontos. Não dá para comer um pão de queijo e tomar um cafezinho e mais um negócio que eles chamam de salada de fruta, que tem três pedacinhos de fruta, Deputado Olair Francisco, e pagar R\$ 20,00 (vinte reais). Isso é furto, é roubo! É uma coisa inaceitável. Portanto, estou encaminhando um expediente à Secretaria de Direito Econômico, que tem feito um belíssimo trabalho de pegar os cartéis no Brasil, para que possamos pegar esse também. Não dá, definitivamente, para essas coisas continuarem desse jeito. Todos nós que estamos envolvidos com a defesa do consumidor temos que fazer alguma coisa.

Hoje eu me encontrei com o Presidente do Procon do Distrito Federal, Todi Moreno. Nós estamos organizando uma grande blitz para multar esses caras, porque eles estão atentando contra o direito econômico da população do Distrito Federal. A situação do aeroporto, Deputado Wasny de Roure, é a mesma da rodoviária privatizada. Eu tenho notícia de uma família que ia viajar para o Nordeste e, ao chegarem à nova rodoviária, privatizada, eles não sabiam ainda como era a regra do jogo, eles pensavam que era igual à Rodoviária do Plano Piloto ou à antiga rodoferroviária e terminaram fazendo um pequeno lanche que custou setenta reais. Aí, alguém teve que ficar penhorado, esperando alguém ir à casa para fazer uma vaquinha entre os parentes e voltar para pagar a dívida feita ali. É inaceitável! São esses produtos que colaboram de maneira decisiva para a inflação. Não dá efetivamente para continuar desse jeito. Isso é assalto! Estão roubando o consumidor brasileiro, e nós não podemos aceitar isso em hipótese nenhuma. Por isso eu estou oficiando à Secretaria de Direito Econômico para que tome as providências necessárias. Nós da Comissão de Defesa do Consumidor agiremos também em defesa do consumidor.

O segundo ponto que eu quero abordar na tarde de hoje é que eu estive, hoje pela manhã, na Fundação Jardim Zoológico de Brasília e pude verificar o trabalho extraordinário que está sendo feito pelo Diretor do Zoológico. Estava lá o Secretário do Meio Ambiente.

Deputado Rôney Nemer, hoje foi inaugurado o Museu Natural do Zoológico. É uma coisa fantástica! Eles estão pegando os animais que faleceram, estão dando tratamento neles para ficarem como se estivessem vivos e estão colocando-os ali no museu, um museu simples, mas extremamente bonito. Portanto, é um negócio realmente bacana, uma coisa bem feita.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Lá eu pude constatar hoje a presença de moradores do Distrito Federal, mas também de visitantes de fora do Distrito Federal. É um negócio a que muita gente está comparecendo. Dizia-me lá um vendedor de pipoca que dobraram as vendas. É um sinal de que muitas pessoas, não só crianças, mas adultos e crianças, estão comparecendo àquele que hoje, sem dúvida, é um dos mais bonitos zoológicos do Brasil.

Portanto, louve-se o trabalho eficiente que está sendo feito pelo Presidente da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, porque é realmente uma coisa maravilhosa. Dá orgulho essa gestão, a revitalização, a transformação que tem acontecido, fruto da dedicação, da determinação do Governador Agnelo em todos os sentidos. Ficam aqui os meus aplausos ao Presidente daquela instituição pela maneira correta com que ele está tocando as coisas ali. Louvo mesmo a maneira como ele está fazendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Deputado Chico Vigilante, hoje nós tomamos uma decisão na Comissão de Constituição e Justiça que eu reputo importante de ser tratada pela Casa como um todo.

V.Exa. sabe que as comissões de mérito já estão levando a efeito os debates, as audiências públicas a respeito do PPCUB. V.Exa. também sabe que esses debates têm sido extremamente polêmicos, o que, na minha avaliação, não é ruim.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Quem sabe da cidade não são os gabinetes com ar refrigerado nem os bolsos dos empreiteiros, é quem mora na cidade. Então, não é ruim o debate.

V.Exa. deve ter recebido, como eu recebi e alguns colegas receberam – pelo menos todos os colegas da CCJ receberam, o Deputado Aylton Gomes, o Deputado Robério Negreiros, a Deputada Eliana Pedrosa e o Deputado Cláudio Abrantes –, uma comunicação do Ministério Público, em forma de recomendação, notificando todos nós de que existia uma anulação judicial em grau de decisão proferida pelo Tribunal de uma série de atas do Conplan, entre elas aquelas que dizem respeito ao PPCUB. No mesmo ensejo, o Ministério Público anunciava ou prenunciava as atas do Conplan, a sua aprovação, como requisito necessário à consolidação do PPCUB.

O que fez nascer em nossas mentes? A ideia de que aquelas decisões do Conplan eram requisitos à votação do plano de preservação e, por isso, era imprescindível o seu ingresso no mundo jurídico para que se pudesse votar o PPCUB. A Deputada Eliana Pedrosa até se antecipou e enviou a este Presidente um memorando nesse sentido.

No mérito, tenho muitas discordâncias, porque é preciso que se tome cautela para que um plano de preservação não vire um plano de especulação imobiliária. Sem entrar no mérito, pois o debate não é de mérito, na forma, era anunciada a existência da ausência de um requisito formal para a sua votação.

Então, nós da Comissão de Constituição e Justiça, por sugestão minha, na dúvida de como encaminhar o tema, de vez que temos responsabilidade pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade de todos os assuntos que passam por esta Casa, tomamos uma decisão a partir de um comunicado que mandei ao Ministério Público pedindo esclarecimento acerca da notificação. Qual foi a decisão? Decisão em preservação, a luta desta Casa em favor da sociedade, sem nos olvidarmos da importância que tem o plano de preservação e do esforço do Governo para fazê-lo de acordo com a lei.

Nós resolvemos sobrestar, na Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, o processamento, o trâmite do PPCUB até que o Ministério Público, em resposta ao nosso comunicado, dirima essa dúvida. Se ele disser que as atas e deliberações do CONPLAN — Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal demandam requisitos necessários para votar o PPCUB, Sr. Presidente, estamos impossibilitados de fazê-lo, porque não vamos votar um plano dessa magnitude com defeitos formais. Vejam que não estou entrando no mérito, estou falando da forma. Se há defeitos formais, temos a responsabilidade de corrigi-los em tempo, no caminho, e é isso o que estamos tentando fazer.

Então, em nome de V.Exa., em nome da Mesa, em nome da Casa Legislativa como um todo, pela responsabilidade que temos com o povo do Distrito Federal e para com a representação da nossa Casa Legislativa, sobrestamos o trâmite do PPCUB até que o Ministério Público esclareça. Se disser que é requisito necessário, teremos que mandar o plano de volta, para que o Conplan proceda como de lei. Se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

disser que não, que é um debate de natureza discricionária, vamos indagar da Mesa, de S.Exa., o Presidente, da Procuradoria, por intermédio da Presidência se é possível fazê-lo sem que aquelas atas estejam no mundo jurídico, de vez que foram anuladas por decisão judicial.

Vim aqui fazer esse comunicado, porque penso que é importante para todos nós. Penso que não diz respeito ao mérito. Sobre o mérito, V.Exa. conhece o meu posicionamento. Eu, por mim, da forma como está, sequer votaríamos, sob o ponto de vista do mérito, mas sou apenas um entre 24 colegas. Cuidamos da forma, porque temos essa responsabilidade para com a sociedade do Distrito Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Leite.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Patrício (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, duvido que exista, nesta Câmara Legislativa, dos 24 deputados, um para defender mais a gestão do Agnelo do que eu. Duvido. Agora, Deputado Chico Leite, sou um Deputado de posições claras. Jogo direto. Concedi uma entrevista ao Jornal de Brasília em que expus um posicionamento que defendo há muito tempo. Deixei-o explícito e vou reafirmá-lo neste plenário, desta tribuna: sou um dos Deputados, Deputado Chico Leite, que falou que o Governo do Distrito Federal não deveria mandar esse PPCUB para votação este ano. E continuo na minha posição. Há erros que, se não forem corrigidos, não há como votar.

No caso do Plano Piloto, Deputado Chico Leite, queremos, precisamos e temos que fazer com que o Distrito Federal cresça para as cidades satélites, Ceilândia, Planaltina, Sobradinho. Temos que gerar emprego lá. Está muito correto o posicionamento do governo de descentralizar, de construir o centro administrativo, que está praticamente pronto, em Taguatinga, que vai pegar aquele eixo Taguatinga/Ceilândia/Samambaia, mas que também vai ajudar Brazlândia e vai ter um reflexo sobre o Guará. Ok. Muito bem. Estamos desenvolvendo aquela ponta de lá, mas temos que desenvolver a ponta de cá, Planaltina, Sobradinho. E o que acontece neste momento? Pega-se toda a energia e se coloca, Deputado Chico Leite, nessa questão do PPCUB, quando deveríamos fazer uma discussão muito profunda a respeito da Luos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Portanto, continuo na minha mesma posição. Quando foi discutido, Deputado Chico Leite, o PDOT – V.Exa. está lembrado –, eu era Presidente do PT. Assinamos – a Deputada Arlete; eu, como Presidente do PT; o Senador Cristovam Buarque, representando o PDT; o então Deputado Rodrigo Rollemberg, representando o PMDB, e outros partidos – um manifesto, foi publicado como artigo no jornal *Correio Braziliense*, que dava o nosso posicionamento contra o PDOT naquela época. Naquela época, havia gente que era a favor do PDOT, portanto, a favor da questão do PPCUB, porque faziam parte da sustentação de outro governo. Eu era contra e continuo contra, Deputada Arlete Sampaio, porque não tenho um posicionamento na Oposição e outro no Governo. Meu posicionamento é o mesmo. Eu sou da tese de que não posso fazer na Oposição o que não consigo fazer no Governo. Meu posicionamento, no Governo, é o mesmo de quando sou Oposição.

Estou fazendo um apelo mesmo, pois acho que isso não foi correto e lutei para que não fosse encaminhado. Sei da pressão que o Governador sofreu por parte desta Casa e das dúvidas que ele tinha de encaminhar o PPCUB. Assim sendo, faço um apelo ao Governador Agnelo Queiroz no sentido de que retire isso de novo, deixe lá. Vamos discutir a Luos e deixar o PPCUB para 2015! Acho que é o melhor que podemos fazer para Brasília: retirar isso desse debate que está acontecendo neste momento, pois não vai trazer bons frutos.

Esse é o apelo que faço ao Governador Agnelo Queiroz. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Convido, nesta oportunidade, a Deputada Celina Leão para fazer uso da palavra.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Deputado Wasny de Roure, estou muito feliz hoje, aqui, porque acho que a questão do PPCUB e da Luos, nesta Casa, é quase uma unanimidade. Quase todos os Parlamentares são contrários à votação da forma como está encaminhada na Casa. É uma discussão que deveria estar na Câmara Legislativa desde a época em que as comissões foram criadas, e esse projeto foi retirado da Câmara Legislativa para voltar pior do que estava, com mais problemas, para ser votado até dezembro.

Estivemos agora em Samambaia e houve briga de tapas lá! Isso se dá por quê? Porque a comunidade nem sabe o que está acontecendo.

Acho que, depois da fala do Deputado Chico Vigilante aqui, que é o maior defensor deste Governo, esse projeto tem que ser retirado de tramitação. Qual o bloco que vai se posicionar a favor de que a Luos e o PPCUB fiquem? O PDT é contrário, a Deputada Liliane Roriz é contrária, a Deputada Eliana Pedrosa é contrária, o Deputado Chico Vigilante, Líder do PT, é contrário. Acho que o projeto pode continuar na Câmara, mas ser votado até dezembro é mesmo só sonho e vontade do Secretário de Habitação, não é vontade de nenhum Parlamentar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

A decisão do Deputado Chico Leite de pedir o sobrestamento foi muito sensata. Receber aqui uma documentação do Ministério Público e votar o que vai ser questionado juridicamente é fazer de conta que estamos fazendo alguma coisa e as pessoas acreditarem que estamos fazendo. O próprio Ministério Público vai entrar, no dia seguinte, com um processo contra o projeto.

O que me traz à tribuna, nesta tarde, não é isso. Eu queria falar sobre o edital que faz um pedido de locação do avião do Governador. Acho que o pior não é o edital, não; o pior é a explicação que o Governo traz à tona. O governo pedir... O Governador pode querer locar um avião, mas ele tem que vir com uma justificativa real: "Não, eu queria mesmo..." Esta Câmara Legislativa "apanhou", vários Parlamentares foram chamados de gazeteiros. Parlamentares aqui que perderam familiares foram achincalhados na mídia. E o nosso governador tem mais de 49 viagens. O maior gazeteiro de Brasília chama-se Agnelo Queiroz, porque viaja sem parar e agora quer locar um jatinho particular. Quanto a ele querer locar um jatinho, eu acho que ele tem todo o direito de querer locar, só que ele tem que assumir o ônus dessa responsabilidade, de uma possível locação.

O pior hoje foi a explicação do Coronel Leão. Dizem que o pior da sacanagem é a explicação, não é, Deputada Liliane Roriz? A explicação dele foi que era para transportar órgãos. Mas você precisa de aeromoça? Você precisa de jantar? Você precisa de comissário de bordo, de sala VIP? De enfermeiro? Talvez de enfermeiro precisasse se fosse mesmo para transportar órgãos. Agora, o edital, da forma como está, não é para transportar órgãos, é para transportar autoridades.

Então, o governo tinha que ter a humildade de falar: "Nós chegamos, a população foi contrária. Houve uma rejeição muito grande e nós decidimos, por força do governador, retirar o edital." Porque falar que era para transportar o que não foi feito... Se fosse para transportar órgãos, Deputado Prof. Israel Batista, isso deveria ter sido feito pela Secretaria de Saúde com uma empresa transportadora de órgãos, que existe e que não é com jatinho particular, não, Deputada Arlete Sampaio – V.Exa., que é da área de saúde, sabe muito bem disso.

O governo teve, sim, o bom senso de retomar uma decisão errada que foi tomada, mas não teve o bom senso e o caráter de dizer a verdade: que era, sim, para o governador, para os puxa-sacos que andam atrás e para meia dúzia de gente passear aí no mundo.

A sociedade não respeita esse tipo de resposta. Hoje, o governo foi achincalhado no *DFTV*, porque ele não teve coragem de voltar na decisão de uma forma séria: "Olha, nós tomamos a decisão, a população bateu muito..."

O governador tem que governar; o governador precisa governar o Distrito Federal. Eu acho que mais do que se preocupar em comprar um jatinho, o governador tinha que se preocupar com as demandas que temos aqui no Distrito Federal, que são muitas, que são muitas. E melhorar a assessoria dele, porque o pior de tudo isso foi a explicação dada pelo governo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa)

Deputada Liliane Roriz, V.Exa. não estava inscrita, mas a pedido da sua assessoria eu a incluí agora.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, graças a Deus, existe alguém de bom senso nesse governo, que é o Deputado Chico Vigilante. Ele tem a mesma opinião que eu ao dizer que tem que se parar a tramitação desse projeto que o governo enviou à Câmara Legislativa.

Hoje eu estive com o Superintendente do Iphan, Dr. Galvão, e ele me disse que, de fato, há muitos problemas. Ele não concorda com muitas coisas que foram propostas pelo governo. Ele disse que esse projeto tem sido discutido de uma forma muito unilateral, porque foi encaminhado a esta Casa, mas não é do conhecimento de todos os Deputados. Essa é a verdade, V.Exa. sabe disso.

Antes, no projeto inicial, o primeiro projeto que veio a esta Casa, Deputado Chico Vigilante, muitas coisas tiveram que ser corrigidas. E depois desse segundo plano, existiu mais uma comissão do IPHAN– Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – juntamente com a Deputada Arlete Sampaio, juntamente com o Deputado Wasny de Roure, não é verdade? Mas isso não chegou ao nosso conhecimento e acredito que no gabinete de V.Exa. também não tenha chegado. Eu não recebi esse documento que foi dirigido ao Deputado Wasny de Roure, à Deputada Arlete Sampaio, ao Deputado Robério Negreiros e, se não me engano, ao Deputado Cristiano Araújo. Eu não tenho posse desse documento. O Dr. Galvão ficou de me reenviar esse documento. Então, para mim foi uma surpresa muito grande o fato de isso ter acontecido.

Eu gostaria de colocar que a vontade da população do Distrito Federal é de interromper este projeto até que se avalie melhor. Eu também já marquei uma audiência com a Dra. Jurema de Sousa Machado, Superintende do Iphan nacional, para que S.Exa. emita seu posicionamento com relação a esse projeto.

Se o próprio Ministério Público já se manifestou sobre os vícios que esse projeto possui, nós temos que atuar, senão vamos ficar aqui trabalhando em vão, como disse a minha colega Deputada Celina Leão. Não adianta trabalharmos, ficarmos debruçados nesse projeto, sendo que ele tem muitos vícios de iniciativa. Nós entendemos que não adianta fazer emenda e termos um projeto com o qual a população não tenha satisfação. Então, se querem fazer um projeto dessa magnitude, eu acho que tem que se trazer a população, tem que se fazer uma propaganda institucional na televisão, para mostrar para a população o que está sendo proposto pelo governo. Quem sabe até no futuro fazer um plebiscito – não é,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Deputado Chico Leite? – para demonstrar se isso é uma escolha pela vontade popular ou se é uma escolha unilateral do Governo do Distrito Federal, do Sr. Magela e do Sr. Governador, Agnelo Queiroz. É isso que eu venho propor a esta Casa.

Gostaria de dizer também que fiquei muito descontente pelo fato de ter que passar mais uma vergonha nacional, ao ver um governador querer alugar um avião por R\$ 1,3 milhões. Isso é uma vergonha. Se S.Exa. quiser, que alugue com recursos próprios, não com recursos do povo do Distrito Federal, com os nossos recursos. Ora, nós sabemos que S.Exa. gosta muito de fazer viagens, e viagens até muito interessantes, mas essas viagens não têm trazido nenhum resultado prático para a nossa cidade. É como o Deputado Chico Vigilante aqui bem disse: Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas, Santa Maria estão precisando de mais atenção. Que o Sr. Governador vá até essas cidades e pergunte o que a população está necessitando. Isso seria o lógico, o correto de um governo democrático, do Governo do Partido dos Trabalhadores.

Então, eu peço a V.Exa., Deputado Wasny de Roure, Presidente desta Casa, que tenha bom senso. Que meus colegas tenham bom senso, não vamos deixar que esse projeto venha goela abaixo e que nós mais lá na frente tenhamos vergonha desta Casa, porque isso vai ser horrível, vai ser péssimo para o Distrito Federal e para a sua história.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Liliane Roriz.

Convido a fazer uso da palavra a Deputada Arlete Sampaio, a última inscrita nos Comunicados de Parlamentares, por cinco minutos também.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para Breve Comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que o que faz vergonha a esta Casa é ter votado um PDOT em que Parlamentares receberam dinheiro para votá-lo, isso faz vergonha.

Temos de debater claramente as questões, mesmo as mais polêmicas. Eu acho que temos que entender o seguinte: esse PPCUB tem problemas? Tem. Vamos consertar. Eu não vejo nenhum apocalipse na votação do PPCUB. Eu vejo problemas. Há cinco pontos que eu gostaria de modificar para poder votar esse PPCUB naquilo que eu acredito que é viável, que é necessário para a sociedade. E eu vou batalhar para que esses cinco pontos sejam revistos. Se eles forem revistos, eu vejo que não há nenhum problema, até porque, como disse a Deputada Liliane Roriz, nesse intervalo, tanto o Deputado Wasny de Roure, como eu, como os nossos assessores, temos trabalhado para melhorar sim, conceitualmente, o PPCUB. Existem problemas ainda? Existem. Vamos tentar corrigir para poder votá-lo, sem prejuízo da sociedade, sobretudo atendendo às recomendações da própria Unesco.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Segundo. Eu queria dizer que o Governador Agnelo Queiroz reviu o edital. Felizmente, foi um equívoco, óbvio que foi um equívoco, mas daí não dá para dizer que as viagens do governador são inúteis. Um governador que consegue trazer para 2019 as Universíadas para Brasília não faz uma viagem inútil, porque S.Exa. está fazendo um projeto para a cidade, mesmo que S.Exa. seja reeleito para quatro anos de mandato, as Universíadas serão depois. Portanto, o governador está fazendo um projeto para outro que virá. Esse é um benefício para a cidade. Várias viagens que o Sr. Governador fez foram importantes para a cidade. Nenhum governador desta cidade tem que se exilar, ficar aqui trancado; pelo contrário, tem que construir relações internacionais fundamentais porque nós somos a capital da quinta economia do mundo. Portanto, tem que ter sim irmanação com países da Europa, países da América Latina, com capitais da América Latina. São viagens necessárias para vender Brasília.

O Governador conseguiu trazer para Brasília uma linha da Aerolíneas Argentinas. Isso é bom para a gente. A linha que virá, a partir de março do ano que vem, da Air France é importante para a gente. É claro que é importante para a gente.

Então, todas as viagens são fundamentais para vender Brasília como o único sítio construído no século XX tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade. Eu sou da seguinte política: eu não defendo tudo o que vem do governo. Eu quero como Deputada e como cidadã desta cidade opinar e, às vezes, até divergir e dizer que precisamos modificar. Mas não fazer disso uma disputa política e eleitoral que não tem condições de poder ajudar Brasília a se desenvolver.

É muito simples. Vamos colocar as mãos na cabeça e vamos ver o que precisa ser corrigido e vamos corrigir. Não se pode jogar tudo na lata de lixo como se nada tivesse sido feito. Eu me lembro bem, Deputado Wasny de Roure, quando o Presidente Lula quis comprar um avião, que chamaram de "Aero Lula", que era um absurdo, etc. e tal. Entretanto, quanta coisa importante fez o Presidente Lula para colocar o Brasil como uma nação respeitada pelo mundo.

O edital que foi feito está errado. Felizmente, o governo reviu, ponto, acabou. Não precisa agora ficar rebaixando e dizer que nenhuma viagem é importante e que o Governador de Brasília tem que ficar aqui fechado nesta cidade. Não é isso que nós queremos para a nossa Capital. Portanto, vamos ter o discurso sem esse viés da Oposição que quer jogar a criança fora com a água da banheira.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio. Dou por encerrados os Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Referindo-me à Líder de governo quanto a essa questão da Universíade, eu fui à primeira viagem que tivemos na China, em Shenzhen. Eu me lembro, já naquela época, de o Governador Agnelo plantando a sementinha. Eu pude testemunhar que essas viagens não são em vão. Sempre elas trazem para nós experiências que, positivas, são aplicadas no governo. Jogos como a Universíade, por exemplo, que é o terceiro maior evento mundial do esporte – existe a Copa do Mundo, as Olimpíadas e as Universíadas – fomentam todo o turismo na cidade, a geração de emprego, de renda, recurso que é empreendido em infraestrutura na cidade.

Então, essa história de dizer que as viagens são em vão não existe. Eu já pude ir ver e vi que são muito importantes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PV. Sem revisão do orador.) – Eu faço minhas as palavras do Deputado Cristiano Araújo.

Essas viagens são muito importantes. É por isso que do final do ano passado para este ano nós tivemos 64% de crescimento nos eventos internacionais em Brasília. Isso é uma ação do governo. A determinação do governo é que permite que isso aconteça. Nós temos uma negociação sobre a Universíade, sobre as corridas de carro com energia limpa em Brasília. Nós trazemos esses eventos para cá. Nós colocamos Brasília na ponta da língua do mundo como um centro receptor de investimento é muito importante para acabarmos com essa imagem de que Brasília só tem serviço público e que nós não podemos olhar para outras opções e oportunidades econômicas.

Então, essas viagens são muito importantes. Tanto que agora foi dessas viagens que surgiu um programa revolucionário, que é o Brasília Sem Fronteiras, que democratiza o acesso dos estudantes carentes ao intercâmbio. Isso é uma luta minha de muitos anos. Então, tem o meu total apoio. Essas viagens não são em vão, e esse tipo de pensamento representa o que há de mais retrógrado em Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Convido o Deputado Prof. Israel Batista a secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a fala da Deputada Arlete Sampaio é muito importante, mas S.Exa. fez uma acusação muito grave ao dizer que os Parlamentares receberam propina para aprovar o Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Eu gostaria que se nominassem esses



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Parlamentares para que não deixe dúvidas, porque há Parlamentares da legislatura passada que ainda são Deputados hoje. Isso cria uma suspeição entre todos os Parlamentares, até porque, em um determinado momento, havia uma fala do Executivo de que havia instabilidade aqui na Câmara para se votar o Plano Diretor de Ordenamento Territorial e o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, mas a Câmara Legislativa e os Parlamentares continuam os mesmos. Então, eu gostaria de saber de que forma o governo resolveu a instabilidade política que havia aqui dentro da Câmara.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa. para responder à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, longe de mim qualquer aleivosia com relação aos Parlamentares desta Casa. A Deputada Liliane Roriz ressaltou que ela não estava aqui e confirmei que eu também não estava, porque eu estou falando de um inquérito que corre no Ministério Público que faz essa denúncia. Não irei aqui fazer citações, só estou dizendo que há esse inquérito, todos sabem, e a imprensa noticiou. Portanto, Deputada Celina Leão, não estou falando de nenhum Deputado em particular, estou falando de uma situação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde. Apenas para acrescentar a essa discussão sobre o aluguel do jatinho. As viagens internacionais, como disse o Deputado Prof. Israel Batista, são muito importantes; essa troca, esse intercâmbio, buscar, trazer para o Distrito Federal os grandes eventos, potencializar o nosso turismo, pois crescemos com tudo isso. Agora, o que se questiona é que um grande número dessas viagens, por exemplo, foram feitas para a Argentina. Há muitas viagens em que não se percebe a conexão do benefício ou não que será trazido para o Distrito Federal.

Há outro questionamento. Assim que saiu a primeira notificação do edital, procurei pedir cópia para pegar o detalhamento. A previsão era para transporte de órgãos, mas depois mudou para viagens do Governador, e o transporte de órgãos tornou-se algo acessório. Quando questionamos isso na imprensa, foi para tornar claro exatamente os objetivos daquilo que traz resultados para a cidade. Nunca seremos contra aquilo que traz resultados para o Distrito Federal, mas naquilo que é injustificável, como dizer que o Governador terá de visitar municípios que não são atendidos pelas linhas regulares, não sei o que estaremos buscando, e é até bom



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

que a Câmara possa realmente conhecer qual o objetivo dessas viagens nos municípios que não são atendidos pelo transporte regular. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apresentei três moções e gostaria que V.Exa. as acrescentasse à leitura da Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Nós as colocaremos para serem lidas.

Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA.

Item nº 40:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 881, de 2012, do Deputado Robério Negreiros, que “dispõe sobre o tempo de espera por atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, conforme discussão realizada no Colégio de Líderes, acertamos de votar, nesta tarde de hoje, os itens relativos aos projetos de decreto legislativo que homologam convênios do Confaz, que estão na Ordem do Dia, a partir do item nº 103. Peço também a V.Exa. para incluir os seguintes itens extrapauta: Projetos de Lei nºs 1.680/13, 1.694/13, 1.658/13, 1.665/13, Projeto de Lei Complementar nº 74/13 e Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 46/13.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Eu apenas solicito a V.Exa., Deputada Arlete Sampaio, que converse com a Deputada Eliana Pedrosa sobre o Projeto de Lei nº 1.694/13 – se não me falha a memória –, porque havia dúvida sobre a questão orçamentária. Sobre os demais, estão deferidos.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu cheguei um pouco atrasado. Até tinha comentado com V.Exa. que iria fazer um pronunciamento. Sei que o Regimento Interno deve ser cumprido, mas posso usar a palavra?

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Washington Mesquita, vou pedir o máximo de objetividade, porque nós já iniciamos a leitura do primeiro item.

Eu vou pedir a atenção dos colegas parlamentares. Vou dar uma excepcionalidade ao Deputado Washington Mesquita para se manifestar, em face da sua ausência recente da Casa e diante dos fatos ocorridos. Vou conceder o tempo de 5 minutos.

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PTB. Sem revisão do orador.) – Eu agradeço a V.Exa., Deputado Wasny de Roure; agradeço aos Líderes. São duas falas simples, rápidas e objetivas.

Primeiramente, depois de 50 anos, Brasília ganha o direito, através da competência do Governo do Distrito Federal, através de um entendimento das comunidades internacionais, de sediar a Universiade. Passarão por Brasília mais de 160 países e em torno de 10 mil alunos.

No que tange à viagem oficial à qual fui convidado pelo Governador do Distrito Federal, a própria imprensa já fez uma cobertura relevante, profunda e já destacou para a sociedade qual a importância desse evento.

Mas o que me traz à tribuna – agradeço a compreensão de todos os amigos parlamentares e da Mesa Diretora – são os fatos acontecidos na minha ausência. Assim como a imprensa, a Câmara Legislativa e todos os parlamentares foram pegos de surpresa e estão perplexos com o que aconteceu, eu também estou. A indicação do administrador regional de Taguatinga, Deputado Chico Vigilante, foi minha.

Quais foram os critérios obedecidos? Primeiramente, ele participou efetivamente e trabalhou muito pela minha eleição. Segundo, ele é morador da cidade há mais de 30 anos. E terceiro, não constava da sua ficha nada que manchasse a sua conduta pessoal, familiar, cristã. Foi esse o motivo da escolha.

Logo que o Carlos assumiu a Administração Regional de Taguatinga, eu só fiz para ele um pedido: conduza a administração na forma da lei, trabalhando pela sociedade num todo, respeitando os empresários e, dentro da lei, procure atuar e deliberar. Eu sou deputado, não sou administrador regional, não fujo das minhas responsabilidades.

Agora, não compactuo com nenhum ato de corrupção, não fui eleito para isso. Não estou na Câmara Legislativa para isso. O governo cumpriu o seu papel, fazendo o afastamento para que ele tenha o direito de se defender. É um direito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

constitucional, e esse direito é assistido a ele. Parece-me que ele deve sair do hospital no início da tarde, e nós esperamos que ele vá à delegacia, preste os esclarecimentos, mostre as suas provas e diga que não tem nada a ver com isso.

Enquanto isso, ele está afastado da administração, está afastado do meu grupo político. Não serei eu a fazer nenhum juízo em relação a ele. Não estou aqui para julgá-lo, para dizer que ele está errado ou certo. Quem tem que julgar e dizer se é errado ou certo é a justiça. Eu estou aqui simplesmente para dizer que não compactuo com nenhum ato de corrupção e nenhuma forma de ação no que tange à gestão que não venha a ser pela dignidade e pela ética.

Se houver alguma coisa que pese contra o Deputado Washington Mesquita, peço aqui para todos os parlamentares e à Mesa Diretora que o Regimento Interno da Casa seja usado, que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar se manifeste, que a Corregedoria se manifeste, e seja deliberado em plenário.

Eu não compactuo, estou com minha consciência tranquila. Perplexo, sim, pela forma como essas notícias chegaram ao exterior diante de uma viagem tão importante, mas a Justiça é feita para isso. A Justiça está investigando, que ele venha se defender e provar o contrário.

Era só isso, Sr. Presidente, que eu tinha a falar. Agradeço a V.Exa. a oportunidade.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, preciso testemunhar, quanto ao Deputado Washington Mesquita, que não paira nenhuma dúvida sobre sua conduta, até porque S.Exa. não é o gestor de Taguatinga. Nós confiamos a missão ao Administrador, e ele tem que ser responsável pelos atos dele.

Deputado Washington Mesquita, V.Exa. coloca muito bem dessa forma, dizendo que confiou no Sr. Carlos pela história de vida dele, pelo seu currículo ilibado; e, se errou, que ele se defenda e prove se está certo ou errado. V.Exa. continua com o respeito dos colegas, pelo menos de minha parte, com o carinho. Nós sabemos do seu trabalho político, da sua história política, da construção que foi para V.Exa. chegar a esta Casa, e V.Exa. jamais poderá ser responsabilizado por atos de terceiros. Então, tem aqui o meu apoio como parlamentar, como seu companheiro de partido. Minha confiança em V.Exa. continua integral.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado.

Peço aos colegas que sejam o mais sucintos possível, porque temos uma cultura na Casa de dar aos Deputados um prazo com horário estabelecido. Foram chamados, abrimos concessões. Agora nós temos uma Ordem do Dia, e acertamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

no Colégio de Líderes – para não prejudicar a audiência que teremos à noite, às 19h – o compromisso de encerrar às 18h30min. Eu peço a compreensão dos colegas, usar a máxima objetividade em deferência ao Deputado Washington Mesquita.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero fazer minhas as palavras do Deputado Cristiano Araújo e dizer, Deputado Washington Mesquita, que nós sabemos da sua honradez, do seu compromisso com a cidade, do seu compromisso com Taguatinga. É fato que isso é preocupante, mas nós sabemos da sua integridade e sabemos o quanto V.Exa. trabalha por aquela cidade também. Então, eu queria deixar o meu apoio ao senhor.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu creio que, nesta Casa, não existe nenhuma dúvida com relação ao Deputado Washington Mesquita. Eu conheci S.Exa. aqui como Deputado. Sei do trabalho que dedica especialmente à população de Taguatinga. Eu conheci também o Sr. Carlos Jales, administrador da cidade. Eu creio que cabe à polícia fazer a investigação e encaminhar para o Ministério Público. Se tiver fundamento, oferecerá denúncia, e o Sr. Carlos vai se defender. Essa é a via natural.

Agora, Deputado Washington Mesquita, V.Exa. continua sendo respeitado por todos nós aqui. É importante o depoimento que V.Exa. fez da viagem internacional, que não foi um passeio. A viagem que vocês fizeram trouxe bons resultados para o Distrito Federal, e o nosso respeito por V.Exa. continua aqui.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, para não me alongar, só quero dizer que faço minhas as palavras de quem me antecedeu. Conheço a trajetória de vida do Deputado Washington Mesquita, que sempre foi um exemplo para todos.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Washington Mesquita, quero me somar aos colegas e parabenizar V.Exa. pela sua fala, pela sua coragem. Muitos não têm a coragem de se posicionar, e V.Exa. se posicionou mostrando quem V.Exa. é. Então, parabéns, que Deus o abençoe. Mantenha a cabeça erguida, que todos nesta Casa aqui o conhecem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Item nº 40:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 881, de 2012, do Deputado Robério Negreiros, que “dispõe sobre o tempo de espera por atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	19



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei  
nº 881/2012, que dispõe sobre o tempo de  
espera por atendimento aos usuários do  
Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do  
Distrito Federal e dá outras providências.

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 70/2013-GAG (fis. 19/20), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 881, de 2012, de autoria do Deputado Robério Negreiros.

A proposição foi aprovada sem modificações, ficando a redação final conforme fis. 15.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto total, sob o argumento de que a proposição, repetição de anterior proposição que teve veto mantido, somente poderia ter sido apresentada em 2012 se tivesse sido subscrita pela maioria absoluta dos parlamentares (art. 67, da Constituição Federal, e art. 74, §7º, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Demais disso, haveria vício de iniciativa, nos termos do art. 71, §1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO  
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE  
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	21



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 12/11/2013

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) AD(S):

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 829/2012

Autor: Deputado(a): Roberto Mesquita

Executivo

Relator: Deputado(a): Ishiko Leão

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X		
	ARLETE SAMPATO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PDT				X		
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLAUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP				X		
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	EVANDRO GARLA	PRB				X		
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT				X		
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGRETROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB				X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	TOTAL		14			10		

Art. 109 parágrafo 8º do RJ

ASSP SECRETÁRIO DEP. *Roberto Mesquita* ASSP

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	—	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	—		
AUSÊNCIAS	10		
OBSTRUÇÃO	—		

CONSOLIDADO POR *1309* ASSP/ Nº *1*  
ASSINATURA *1309* MAT. FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Quero lembrar aos Srs. Deputados que nós temos homologações de ICMS. Depois não reclamem quando os empresários vierem reclamar, sobretudo, a ausência dos Srs. Parlamentares, porque essa é uma matéria que, principalmente S.Exas. sabem, afeta diretamente o setor produtivo.

Item nº 49:

Apreciação do Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 852, de 2012, do Deputado Robério Negreiros, que “proíbe a cobrança de valores adicionais (sobretaxa) para matrícula ou mensalidade de estudantes portadores de síndrome de Down, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	23



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 852/12, que *proíbe a cobrança de valores adicionais (sobretaxa) para matrícula ou mensalidade de estudantes portadores de síndrome de down, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes e dá outras providências*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 124/2013-GAG (fls. 28), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 852, de 2012, de autoria do Deputado Robério Negreiros.

A proposição foi aprovada com emendas, ficando a redação final conforme fls. 23.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial** quanto ao conteúdo do artigo 3º, sob o argumento de que contrário ao artigo 7º, IV, da Constituição Federal, pois teria fixado uma multa indexada ao salário mínimo.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO  
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE  
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL nº 852/2012  
Fls. nº 23



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o acordo é pela manutenção do veto, ou seja, pelo voto “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	25



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 12/11/2013

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VIOLAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) AB(S): art. 3º

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)  
 PROJETO DE LEI Nº(S) 852/13

Autor: Deputado(a): Roberta Magalhães  Executivo  
Relator: Deputado(a): Chico Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PDT				X		
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP				X		
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	EVANDRO GARLA	PRB				X		
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	LUZIA DE PAULA	PLN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRICIO	PT				X		
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBERTO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNELY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB				X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	TOTAL		13			11		

\*(Art.159 parágrafo 8º do RT)

ASSP	SECRETÁRIO DEP. <u>Prof. Israel Batista</u> Es.	ASSP Nº <u>1</u>
VOTOS "SIM"	<u>13</u>	VETO MANTIDO <input checked="" type="checkbox"/>
VOTOS "NÃO"	<u>—</u>	VETO REJEITADO <input type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO	<u>—</u>	
AUSÊNCIAS	<u>11</u>	
OBSTRUÇÃO		
ASSINATURA <u>[assinatura]</u>	CONSOLIDADO POR <u>[assinatura]</u> MAT. <u>1361</u>	ASSP / Nº <u>1</u>
		FOLHA Nº <u>1</u>



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis.

Total de votantes: 13.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 50:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.175, de 2009, do Deputado Chico Leite, que “dispõe sobre a publicidade das informações relativas à matrícula de alunos nos estabelecimentos da rede pública de ensino do Distrito Federal”.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. o adiamento da apreciação deste veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Item nº 19:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 118, de 2011, dos Deputados Washington Mesquita e Liliane Roriz, que “dispõe sobre a obrigatoriedade do Governo do Distrito Federal de divulgar os dados, informações e demonstrativos relativos à gestão pública do Sistema de Saúde do Distrito Federal”.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	27



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Fls. nº 118 / 2011  
Fls. nº 33 / 8  
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 118/11, que *dispõe sobre a obrigatoriedade do Governo do Distrito Federal divulgar os dados, informações e demonstrativos relativos à gestão pública do sistema de saúde do Distrito Federal.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 343/2012-GAG (fls. 29/30), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 118, de 2011, de autoria do Deputado Washington Mesquita.

A proposição foi aprovada na forma de substitutivo, ficando a redação final conforme fls. 24.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob o argumento de que a proposição criaria atribuições a órgãos do Poder Executivo, em afronta ao artigo 71, §1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal. Além disso, a constante alteração dos dados exigiria um aumento na equipe de servidores responsáveis pela divulgação, com aumento de despesa de caráter continuado, o que demandaria a observância da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

Deputado  
Presidente

Deputado CHICO LEITE  
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quanto a esse projeto de lei de autoria do Deputado Washington Mesquita e Deputada Liliane Roriz, o nosso acordo é pela derrubada do veto. O voto é “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	29



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 12/11/2013

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A(S):

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S): 118/2011

Autor: Deputado(a): Washington Mesquita e Lailiana Rony - Executivo

Relator: Deputado(a): Elias Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT		X				
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PDT				X		
	CHICO LEITE	PT		X				
	CHICO VIGILANTE	PT		X				
	CLAUDIO ABRANTES	PT		X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X				
	DR. MICHEL	PP				X		
	ELIANA PEDROSA	PPS		X				
	EVANDRO GARLA	PRB				X		
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILIANE RORIZ	PRTB		X				
	LUZIA DE PAULA	PEN		X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB		X				
	PATRICIO	PT				X		
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV		X				
	ROBÉRIO NEGRETIROS	PMDB				X		
	RONEY NEMER	PMDB		X				
	WASHINGTON MESQUITA	PTB		X				
	WELLINGTON LULZ	PMDB				X		
	WASNY DE ROURE	PT		X				
	TOTAL			13		11		

\*(Art.109 parágrafo 8º da III)

ASSP Nº \_\_\_\_\_ SECRETÁRIO DEP. Prof. Daniel Batista EB. Nº \_\_\_\_\_ ASSP Nº \_\_\_\_\_

VOTOS "SIM"	—	VETO MANTIDO	—
VOTOS "NÃO"	13	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	—		
AUSÊNCIAS	11		
OBSTRUÇÃO			

CONSOLIDADO POR \_\_\_\_\_ ASSP/ Nº \_\_\_\_\_  
ASSINATURA \_\_\_\_\_ MAT. \_\_\_\_\_ FOLHA Nº \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos contrários.

Total de votantes: 13.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 51:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.317, de 2012, do Poder Executivo, que “dispõe sobre a Carreira Assistência à Educação do Distrito Federal e dá outras providências”.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só um detalhe. No primeiro momento, era para ser mantido esse projeto e derrubado o de nº 64, só que depois os servidores da Secretaria de Educação me procuraram e pediram um pouco mais de prazo, porque eles estavam dialogando com o governo. Então, eu gostaria de pedir a V.Exa. que não colocasse esse projeto em votação e, por conseguinte, o de nº 64, que fez parte do acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Acolho a solicitação de V.Exa.

Item nº 60:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 488, de 2011, dos Deputados Luzia de Paula e Agaciel Maia, que “dispõe sobre a divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB nos estabelecimentos públicos e particulares de ensino do Distrito Federal”.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

Na ausência do Relator, Deputado Chico Leite, solicito ao Deputado Cláudio Abrantes que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	31



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei  
nº 488/2011, que *dispõe sobre a divulgação  
do Índice de Desenvolvimento da Educação  
Básica (IDEB) nos estabelecimentos públicos e  
particulares de ensino do Distrito Federal.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 216/2013-GAG (fs. 29/30), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 488, de 2011, de autoria dos Deputados Luzia de Paula e Agaciél Maia.

A proposição foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme fs. 24.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial** quanto ao conteúdo dos §§ 1º e 2º do artigo 1º, sob o argumento de que são contrários à legislação e ao interesse público.

Alega que, quanto à legislação, os dispositivos vetados criam despesas para o Poder Público sem atender ao que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (art.17).

Do ponto de vista do interesse público, o IDEB já gera publicidade espontânea, cabendo a cada estabelecimento escolar divulgar esse índice para seus



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

2

alunos, pais e responsáveis. Entende, ainda, caber ao ambiente escolar a escolha da melhor forma de divulgação de índices e não à iniciativa legislativa.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

**DEPUTADO**  
**Presidente**

**DEPUTADO CHICO LEITE**  
**Relator**

*Chico Leite*  
*DEPUTADO*  
*RELATOR*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, como Líder do Governo, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o acordo é pela manutenção do veto. Voto “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: com 11 votos favoráveis e 13 ausências.

Está anulada a votação por não haver *quorum*.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não é por estar presente – porque só faltou quando há algum motivo –, mas são 17h10min de uma terça-feira. Todas as repartições públicas do Distrito Federal estão funcionando. Não houve nenhum vendaval aqui. Isso aqui não é as Filipinas, onde passou aquele furacão, portanto, aqui está tudo tranquilo, tudo normal. As escolas estão funcionando, as lojas, espero que o Judiciário esteja funcionando, o Ministério Público, o comércio. O papel do Deputado, pelo menos nas terças, quartas e quintas-feiras, é estar em plenário, votando, expressando a sua vontade. Ou seja, está contra? Vota contra. Está a favor? Vota a favor. Isso é o Parlamento. O pior comportamento é o não comparecimento aqui. Esse é o pior comportamento que existe. Não há problema nenhum em ser contra um projeto, mas deve vir e votar.

Lá no Maranhão, minha mãe dizia: “Ninguém dá respeito a quem não se faz respeitar”. Portanto, se não aparecemos para dar *quorum* e votar, como é que vamos querer respeito depois?

É uma lástima que, em uma terça-feira, as pessoas não estejam aqui, votando. Quer votar contra? Não há problema nenhum. É do jogo, é democrático. Quer votar a favor, está convicto? Vote. Agora, venha para o plenário e vote. Somos 24 Deputados. Parece-me que há um viajando e não há ninguém hospitalizado, não é? Hoje é terça, amanhã é quarta e depois quinta-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de ir ao início da fala do Deputado Chico Vigilante, quando ele disse o seguinte: “Olha, eu só faltou quando tenho um motivo que realmente seja relevante, seja impeditivo da minha presença”. Sem conhecermos a dificuldade dos colegas, acho que deveríamos respeitá-los. Conheço todos eles e sei do empenho de cada um em fazer as votações e em estar presente nas comissões e nas audiências públicas. Hoje mesmo devemos ter mais uma audiência pública. Temos ido a todas e elas têm acabado por volta de meia-noite, meia-noite e meia. A Deputada Celina Leão, inclusive, uma das relatoras da Luos, não se encontra aqui porque tem um estudo para ser apresentado hoje à noite.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

É importante que todos façam a sua justificativa. Tem que haver essa compreensão, mas julgar sem conhecer os argumentos e os motivos de cada um me parece uma coisa muito precipitada. Faço esse registro em função do respeito que tenho pelos colegas e por conhecer-lhes o empenho em estar nas comunidades, discutindo, principalmente em um momento importante como o da Luos.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria – evidentemente sem fazer qualquer juízo com relação às motivações de cada Deputado – tentar aqui construir um pacto. Sabemos que faz parte da atividade parlamentar visitar as cidades, discutir com as pessoas, inclusive trabalhar a construção do próximo mandato. Mas a sociedade nos paga também para votarmos. O pacto que quero fazer com todos os Parlamentares é que reservemos os dias de plenário para estarmos aqui, votando. Hoje, por exemplo, há dois créditos importantes a serem votados e não serão. Há as homologações de convênios que interessam ao setor empresarial, ao setor produtivo, à Secretaria de Fazenda, e não vamos votá-las porque não há *quorum*.

Então, quero fazer um apelo a cada um dos colegas Deputados: que na terça-feira, principalmente, que é o dia fixado como de votação, venhamos ao plenário. Deixem seus compromissos para outro dia! Às vezes vejo aqui – até já falei com o Governador sobre isto – que Parlamentares se ausentam porque têm que despachar com o Secretário de Estado. Eu disse ao governador: “Governador, proíba Secretário de Estado marcar audiência com Deputado na terça-feira, sobretudo, que é dia de votação”.

Penso que devemos priorizar esse dia de votação aqui, porque faz parte das nossas obrigações e responsabilidades, como Parlamentares, estarmos em plenário, votando. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Solicito ao Sr. Secretário que faça a chamada nominal dos Srs. Parlamentares, para sabermos se há *quorum* para a continuidade das votações.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



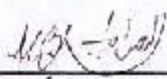
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	36



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS**  
6ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2013/2014

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGACIEL MAIA	PTC		X	
ARLETE SAMPAIO	PT	X		
AYLTON GOMES	PR		X	
BENEDITO DOMINGOS	PP		X	
CELINA LEÃO	PDT		X	
CHICO LEITE	PT	X		
CHICO VIGILANTE	PT	X		
CLAUDIO ABRANTES	PT	X		
CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X		
DR. MICHEL	PP		X	
ELIANA PEDROSA	PPS		X	
EVANDRO GARLA	PRB	X		
JOE VALLE	PDT		X	
LILIANE RORIZ	PRTB	X		
LUZIA DE PAULA	PEN	X		
OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X		
PATRÍCIO	PT		X	
PAULO RORIZ	PP		X	
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X		
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X	
RONEY NEMER	PMDB	X		
WASHINGTON MESQUITA	PTB		X	
WELLINGTON LUIZ	PMDB	X		
WASNY DE ROURE	PT	X		
TOTAL		13	11	

  
SECRETÁRIO DEPUTADO (A) Prof. Israel Batista



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Há *quorum* para continuidade da sessão.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar ao nobre Deputado Chico Vigilante também que as sessões ordinárias, conforme o art. 100 do nosso Regimento, terão, normalmente, a duração de quatro horas, iniciando-se às 15 horas. Se observarmos, juntamente com a imprensa que está aqui, infelizmente, nunca as sessões iniciam às 15 horas. Há a assinatura dos demais Parlamentares ali e, já que é para seguirmos o Regimento e estamos aqui, seria muito interessante começarmos o trabalho, de fato, às 15 horas. Faz exatamente dois anos, dez meses e doze dias que estamos no mandato e, se formos contar quantas vezes a sessão começou às 15 horas, poderemos fazer essa conta nos dedos. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Há flexibilidade de trinta minutos. V.Exa. está correto, Deputado Evandro Garla, só que, no dia de hoje, tivemos a homologação da Pelo nº 56, em que estiveram presentes várias lideranças da comunidade religiosa, sobretudo, e depois tivemos a reunião de Líderes. Iniciamos às 15h49min, se não me falha a memória. Foi uma reunião bastante célere, porque o Colégio de Líderes ainda teve que a liderança do segmento cultural da cidade.

Estou dando uma satisfação a V.Exa., porque é meu dever como Presidente.

Solicito ao Sr. Secretário que faça a chamada do primeiro item extrapauta da Ordem do Dia.

Item extrapauta nº 1:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.680, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 2.250.000,00 (dois milhões e duzentos e cinquenta mil reais)”.

A Presidência designa o Deputado Rôney Nemer para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas de plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.680, de 2013, do Poder Executivo, que “abre crédito à Lei Orçamentária Anual do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Distrito Federal no valor de R\$ 2.250.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil reais)”.

Foram apresentadas em plenário: duas emendas do Deputado Wasny de Roure; a Emenda nº 17, do Deputado Chico Vigilante; a Emenda Modificativa nº 18, do Deputado Wellington Luiz; a Emenda nº 19, do Deputado Evandro Garla; as Emendas nºs 20, 21 e 22, da Deputada Arlete Sampaio; a Emenda nº 23, do Deputado Chico Vigilante; e a Emenda nº 24, da Deputada Eliana Pedrosa.

Todas as emendas tratam de alteração de recursos que já tinham sido destinados por Parlamentar em outra rubrica. É só alteração. Portanto, para não ferir os ordenamentos jurídicos, o nosso voto é pela admissibilidade das emendas de plenário apresentadas.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 2:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.694, de 2013, do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 53.836.057,00 (cinquenta e três milhões, oitocentos e trinta e seis mil, cinquenta e sete reais)”.

Tramitação concluída. Foram apresentadas três emendas de plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre as emendas.

A Presidência designa o Deputado Rôney Nemer para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Solicito o Sr. Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas de plenário.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só pediria para conhecer quais são essas emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Deputado Rôney Nemer vai relatar, V.Exa. pede um tempo e...

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ok, obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foram apresentadas três emendas de plenário, são emendas de minha autoria, que eu já havia feito no início do ano, no Orçamento, trata-se de movimentação de recursos.

A Emenda Modificativa nº 1, remanejamento, a de nº 2 e de nº 3, todas de minha autoria. Uma no valor de 100 mil reais, outra no valor de 300 mil reais; uma muda para apoio ao projeto de *bullying* nas escolas, outra para atividades socioculturais no Distrito Federal, e outra para o apoio ao evento do 30º Aniversário do Esportivo Social Maringá, no Guará.

Eu voto pela admissibilidade, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.694, de 2013, em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para corrigir, neste momento só estão em plenário 13 Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Chico Vigilante, a Presidência acompanha a Assessoria. Eu peço desculpa, mas segui a orientação dos colegas que acompanham a Assessoria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é porque o Deputado Chico Vigilante não está contando bem.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu estou contando direitinho.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – É porque contou o voto do Sr. Relator, que foi ao *toilette*, foi por isso, Deputado Chico Vigilante; portanto, são 14 votos. (Pausa.)

Matéria votada, portanto, em primeiro turno.

Item extrapauta nº 3:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.658, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.962, de 7 de novembro de 2012, que ‘autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito para financiar aporte de capital na Companhia Energética de Brasília – CEB’ e dá outras providências”.

Aprovado o parecer favorável da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito que o Sr. Relator, Deputado Cláudio Abrantes, emita parecer sobre a matéria. (Pausa.)

A Presidência está sendo informada que a matéria já foi aprovada na CCJ.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.658, de 2013, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Item extrapauta nº4:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.665, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.866, de 05 de julho de 2012, que dispõe sobre os depósitos judiciais de tributos de competência do Distrito Federal e dá outras providências".

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado, por gentileza, temos que aguardar a conclusão...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é que eu não quero ser o chato da história, mas só há em plenário 12 Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Sim, Deputado, na hora que for acusada a insuficiência de Parlamentares, nós naturalmente não podemos... Não tem como trabalharmos na Mesa com efeito sanfona.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, é porque na última votação só tinham 12 em plenário. É para isso que eu estou chamando a atenção.

Depois vêm os questionamentos, e é mais um...

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. disse que na última votação não havia 13 Deputados.

Eu creio que precisamos adotar votação nominal para todas as votações da Casa, principalmente em primeiro turno. Já está havendo sucessivas dúvidas sobre esse procedimento.

Srs. Deputados, eu peço sua compreensão. Nós estamos votando o Projeto de Lei nº 1.665. O parecer da CEOF teve sua tramitação concluída. O da CCJ, de igual modo. Portanto, estamos apreciando a votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.665. O projeto será votado de forma nominal.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	42



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 21/11/2013

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2013

- PARECER ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO  
 PARECER SOBRE INDICAÇÃO DO \_\_\_\_\_ PARA O CARGO DE \_\_\_\_\_  
 CCJ  CEJF  CAS  CDDH  CDDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDES  CTM  M. DIR.  COM. ESP.  
 PROCESSO Nº \_\_\_\_\_  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI Nº(S) 1665/13  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS \_\_\_\_\_  
 VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

Executivo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBS¹	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PDT				X		
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLAUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILIANE KORIZ	PRTB	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT				X		
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB				X		
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	TOTAL		18			109		

\*P/S: PRESENTES; SEPARADO (AUS); ABSTENÇÃO (ABST); FOLHA Nº \_\_\_\_\_

SECRETÁRIO DEP. *Michel Facchini*

CONSOLIDADO POR *1387*

ASSINATURA

MAT.

ASSI Nº \_\_\_\_\_

FOLHA Nº \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Está aprovado o Projeto de Lei nº 1.665, de 2013.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 5:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 74, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 806, de 12 de junho de 2009, que dispõe sobre a política pública de regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social e dá outras providências".

Aprovado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça na forma de Substitutivo e a Subemenda nº 4. A Comissão de Assuntos Fundiários e a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverão se manifestar sobre o Substitutivo e a Subemenda nº 4.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer pela Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Substitutivo e à Subemenda nº 4 ao Projeto de Lei Complementar nº 74, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 806, de 12 de junho de 2009, que dispõe sobre a política pública de regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, somos pelo acatamento do Substitutivo e da Subemenda nº 4, de acordo com o que foi proferido na Comissão de Constituição e Justiça.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Solicito ao Relator, Deputado Dr. Michel, que emita parecer Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Substitutivo e à Subemenda nº 4 ao Projeto de Lei Complementar nº 74, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 806, de 12 de junho de 2009, que dispõe sobre a política pública de regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social' e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela admissibilidade do Substitutivo com a Subemenda nº 4, que já haviam sido aprovados na Comissão de Constituição e Justiça. Nós, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, também entendemos pela admissibilidade do Substitutivo e da Subemenda nº 4.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 74, de 2013. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	45



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 12/11/2013

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2013

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO  
 PARECER SOBRE INDICAÇÃO DO \_\_\_\_\_ PARA O CARGO DE \_\_\_\_\_  
 CC  CEOF  CAS  CDD  CED  PL  CAF  ICDC  ICES  CSEG  CDESCTMAT  M. DIR.  COM. ESP.  
 PROCESSO Nº \_\_\_\_\_  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LET. COMPLEMENTAR Nº(S) 241/2013  
 PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS \_\_\_\_\_  
 VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_

Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBS*	DV
	AGACIEL MATA	PTC				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PDT				X		
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT				X		
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÓNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB				X		
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	TOTAL		15			9		

\*P/S: PARTICIPANTE/ SECRETÁRIO VOTANTE/ PARTICIPANTE Nº do VOTO

SECRETÁRIO DEP. *Israel Batista*

CONSOLIDADO POR *afab*

ASSINATURA

MAT. 1369

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Agradeço à comunidade que veio acompanhar a votação do projeto, votado em primeiro turno.

Item extrapauta nº 6:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.687, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 5.005, de 21 de dezembro de 2012, que institui as condições e os procedimentos de apuração do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS aos contribuintes passíveis de enquadramento nos termos da Lei nº 4.732, de 29 de dezembro de 2011".

Há acordo para esse item. O projeto não recebeu parecer das comissões.

A Presidência designa o Deputado Cláudio Abrantes para emitir parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

Essa matéria já foi apreciada. É apenas a confirmação.

A Presidência designa a Deputada Arlete Sampaio para emitir parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Arlete Sampaio, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.687, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 5.005, de 21 de dezembro de 2012, que institui as condições e os procedimentos de apuração do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS aos contribuintes passíveis de enquadramento nos termos da Lei nº 4.732, de 29 de dezembro de 2011".

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o parecer é considerar que o projeto de lei respeita a técnica legislativa e a legislação em vigor.

Portanto, nosso parecer é pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Cláudio Abrantes para emitir parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.687, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 5.005, de 21 de dezembro de 2012, que institui as condições e os procedimentos de apuração do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS aos contribuintes passíveis de enquadramento nos termos da Lei nº 4.732, de 29 de dezembro de 2011".

No nosso entendimento, o projeto de lei atende ao disposto na competência da Comissão de Constituição e Justiça, no art. 63 do Regimento Interno. Também estão atendidas as prerrogativas de origem, visto que se trata de iniciativa do Poder Executivo e, sob nosso entendimento, Sr. Presidente, o projeto de lei é admissível nos termos do parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Estou sendo informado de que não há acordo para a votação da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 46, de 2013.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

O item extrapauta nº 8, Sras. e Srs. Deputados, trata do projeto de lei que regulariza a situação da CL 1, de autoria da Mesa Diretora. Eu vou pedir para equacionar um problema interno: foi arguida a inconstitucionalidade da lei que formataram. Portanto, é algo que equaciona o problema da Casa.

Item extrapauta nº 8:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.689, de 2013, de autoria da Mesa Diretora, que "altera dispositivo da Lei nº 4.342, de 2009, que dispõe sobre a recomposição das tabelas de remuneração do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal" e dá outras providências".

Designo a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	49



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº /2013

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS sobre o PROJETO DE LEI PROJETO DE LEI Nº 1689/2013, que altera dispositivo da Lei 4.343, de 2009, que dispõe sobre a recomposição das tabelas de remuneração do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências.

Autor: Mesa Diretora  
Relator: Deputado

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei 1689/2013 cria 27 (vinte e sete) cargos CL 1 na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Na justificção, informa-se que o presente projeto de lei tem por finalidade adequar o Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do DF em razão de recomendação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Decisão nº 4.338/2013 e de decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios na ADI 2008.00.2005549-3.

Seguem as cláusulas de vigência e a de revogação.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o Relatório.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

## II - VOTO DO RELATOR

O Regimento Interno desta Casa determina, em seu art. 65, *b, h, e m*, que à Comissão de Assuntos Sociais cabe analisar o mérito de proposições que tratem de questões relativas ao trabalho e relação de emprego e a serviços públicos em geral.

Em vista disso, verifica-se que o Projeto de Lei 1689/2013 atende ao interesse público porquanto atende à determinação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios na ADI 2008.00.2005549-3 e à recomendação do Tribunal de Contas do Distrito Federal na Decisão nº 4.338/2013.

Ante o exposto, votamos, nesta Comissão de Assuntos Sociais, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei 1689/2013.

Sala das Comissões,

**Deputada Celina Leão**  
**Presidente**

**Deputado**  
**Relator**



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rôney Nemer para emitir parecer da CEOF sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	52



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº /2013

Da COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS sobre o PROJETO DE LEI PROJETO DE LEI Nº 1689/2013, que *altera dispositivo da Lei 4.343, de 2009, que dispõe sobre a recomposição das tabelas de remuneração do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências.*

Autor: Mesa Diretora  
Relator: Deputado

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei 1689/2013 cria 27 (vinte e sete) cargos CL 1 na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Na justificção, informa-se que o presente projeto de lei tem por finalidade adequar o Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do DF em razão de recomendação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Decisão nº 4.338/2013 e de decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios na ADI 2008.00.2005549-3.

Seguem as cláusulas de vigência e a de revogação.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o Relatório.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

## II - VOTO DO RELATOR

O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 64, § 1º, II, "a" e inciso I do § 1º atribui a esta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças a competência para analisar a admissibilidade orçamentária e financeira e emitir parecer de mérito sobre adequação ou repercussão orçamentária e financeira das proposições.

Nesse contexto, verifica-se que a proposição em análise não gera qualquer impacto financeiro no Relatório de Gestão Fiscal de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista que os cargos criados por este projeto de lei já estão computados no gasto total com pessoal previsto no art. 18 da Lei Complementar 101/2000, pois esta Casa já vem pagando os servidores ocupantes dos cargos com a mesma remuneração (CL 01).

Ante o exposto, votamos, no âmbito de competência desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, pela ADMISSIBILIDADE e APROVAÇÃO do Projeto de Lei 1689/2013.

Sala das Comissões,

  
**Deputado Rôney Nemer**  
Presidente

**Deputado**  
**Relator**



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Relator da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	55



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº /2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o PROJETO DE LEI Nº 1689/2013, que altera dispositivo da Lei 4.343, de 2009, que dispõe sobre a recomposição das tabelas de remuneração do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências.

Autor: Mesa Diretora  
Relator: Deputado

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei 1689/2013 cria 27 (vinte e sete) cargos CL 1 na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Na justificção, informa-se que o presente projeto de lei tem por finalidade adequar o Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do DF em razão de recomendação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Decisão nº 4.338/2013 e de decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios na ADI 2008.00.2005549-3.

Seguem as cláusulas de vigência e a de revogação.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o Relatório.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

## II - VOTO DO RELATOR

O Regimento Interno desta Casa determina, em seu art. 63, I, que à Comissão de Constituição e Justiça cabe a análise de aspectos constitucionais, jurídicos, legais, regimentais e de técnicas de redação legislativa das proposições em geral, proferindo parecer de caráter terminativo.

Em vista disso, quanto à admissibilidade da proposição em análise, observa-se que restaram atendidos os dispositivos da Lei Orgânica do Distrito Federal que tratam da prerrogativa Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito em iniciar o processo legislativo.

**Art. 60.** *Compete, privativamente, à Câmara Legislativa do Distrito Federal:*

(...)

*V – criar, transformar ou extinguir cargos de seus serviços, bem como provê-los e fixar ou modificar as respectivas remunerações;*

**Art. 71.** *A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara Legislativa, ao Governador do Distrito Federal e, nos termos do art. 84, IV, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, assim como aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.*

Ante o exposto, com fundamento no inciso V do art. 60 e no art. 71, *caput* da Lei Orgânica do Distrito Federal, votamos, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, pela ADMISSIBILIDADE e APROVAÇÃO do Projeto de Lei 1689/2013.

Sala das Comissões,

**Deputado Chico Leite**  
**Presidente**



**Deputado**  
**Relator**



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Se houver acordo dos Srs. Líderes, poderemos apreciar os quatro projetos de decreto legislativo em uma única votação.

Como não houve manifestação contrária, entendo que há acordo. Passaremos à apreciação dos quatro projetos de decreto legislativo que tratam de homologações de ICMS.

Item nº 103:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2013, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "homologa o Convênio ICMS 14, de 5 de abril de 2013".

Item nº 104:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2013, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "homologa os Convênios ICMS 195/2010; 17/2011; 49/2011; 62/2011; 123/2011; 105/2008; 18/2011; 108/2008; 54/2011; 72/2011; 102/2011; 134/2011; 17/2012; 100/2009; 110/2009; 20/2010; 99/2010; 160/2010; 26/2011; 60/2011; 139/2011; 28/2012".

Item nº 105:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2013, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "homologa os Convênios ICMS 131, de 24 de setembro de 2010; e 87, de 28 de setembro de 2012".

Item nº 106:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2013, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “homologa o Convênio ICMS 29, de 11 de abril de 2013”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os projetos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	59



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 12/11/2013

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 12/11/2013

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO  
 PARECER SOBRE INDICAÇÃO DO \_\_\_\_\_ PARA O CARGO DE \_\_\_\_\_  
 CCJ  CEOP  CAS  CDH  CDEP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDECTMAT  M. DIR.  COM. ESP.  
 PROCESSO Nº \_\_\_\_\_  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) 219/13, 323/13, 224/13, 231/13  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS \_\_\_\_\_  
 VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): CCDF  Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBS*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEAO	PDT				X		
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAUJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILIANE RORIZ	PRB	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRICIO	PT				X		
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBERIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RONEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	TOTAL		16.			8		

\*P/S: PRESIDENTE/SECRETÁRIO (A) LEE (segundo P ou S)

SECRETÁRIO DEP. Prof. Manoel Batista

CONSOLIDADO POR João

ASSINATURA

MAT. 1364

ASSP/ Nº 1

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis.

Estão aprovados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2013, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “homologa o Convênio ICMS 14, de 5 de abril de 2013”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2013, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “homologa os Convênios ICMS 195/2010; 17/2011; 49/2011; 62/2011; 123/2011; 105/2008; 18/2011; 108/2008; 54/2011; 72/2011; 102/2011; 134/2011; 17/2012; 100/2009; 110/2009; 20/2010; 99/2010; 160/2010; 26/2011; 60/2011; 139/2011; 28/2012”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2013, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “homologa os Convênios ICMS 131, de 24 de setembro de 2010; e 87, de 28 de setembro de 2012”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2013, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “homologa o Convênio ICMS 29, de 11 de abril de 2013”.

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensadas as votações.

Os projetos vão à promulgação.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária, a realizar-se imediatamente após esta, para apreciação dos seguintes projetos em segundo turno:

- Projeto de Lei nº 1.680, de 2013;
- Projeto de Lei nº 1.694, de 2013;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   11   2013	15h45min	100ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

- Projeto de Lei nº 1.658, de 2013;
- Projeto de Lei nº 1.665, de 2013;
- Projeto de Lei Complementar nº 74, de 2013;
- Projeto de Lei nº 1.687, de 2013;
- Projeto de Lei nº 1.689, de 2013.

Está encerrada a sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 17h58min.)